



ABANDONO E EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO: POLÍTICAS PÚBLICAS DE ACOMPANHAMENTO NA REDE PÚBLICA DE SANTA CATARINA

SCHOOL DROPOUT AND ABSENTEEISM IN SECONDARY EDUCATION:
PUBLIC POLICIES FOR MONITORING IN THE PUBLIC SCHOOL SYSTEM OF
SANTA CATARINA

ABANDONO Y DESERCIÓN ESCOLAR EN LA EDUCACIÓN SECUNDARIA:
POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGUIMIENTO EN LA RED PÚBLICA DE SANTA CATARINA

 <https://doi.org/10.56238/levv16n54-104>

Data de submissão: 19/10/2025

Data de publicação: 19/11/2025

Vanderléa Ana Meller

Doutora em Educação pela

Instituição: Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5342-2659>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4309897941195330>

E-mail: vanderlea@univali.com

Jadson Luís da Silva

Mestre em Gestão de Políticas Públicas

Instituição: Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina (TC)

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-7925-5577>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/740520884533599>

E-mail: jluss1305@gmail.com

Maria Glória Dittrich

Doutora em Teologia

Instituição: Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI)

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2107-9005>

E-mail: gloria.dittrich@univali.br

RESUMO

Este estudo se insere na linha de pesquisa Dinâmicas Institucionais e Políticas Públicas, do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas, da UNIVALI. O objetivo geral busca apresentar os motivos do abandono e da evasão escolar entre os jovens do ensino médio e as propostas de acompanhamento para o enfrentamento na rede pública estadual de Santa Catarina. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, teórico-prática, com base na hermenêutica fenomenológica, com delineamento documental. Os dados foram coletados nos relatórios e documentos oficiais, disponíveis na Secretaria de Estado da Educação (SED) e no Tribunal de Contas de Santa Catarina, entre os anos de 2017 e 2022. Os resultados indicaram que as causas de abandono e evasão escolar no ensino médio expressos pelos discentes estão mais relacionadas à vulnerabilidade social, pelo uso de substâncias psicoativas e abuso sexual, ao desinteresse pela escola e estudos porque a escola não é interessante; evidenciamos o quanto é fundamental que a SED estabeleça instrumentos e posturas de diálogo com



os jovens para a expressão mais detalhada e ampla dos motivos na busca da permanência na escola. Para contribuir desenvolvemos a proposta a Tecacomp, uma tecnologia social de acompanhamento dos motivos que impactam no abandono/evasão no ensino médio, em especial para o acolhimento dos jovens na escola.

Palavras-chave: Ensino Médio. Abandono. Evasão. Acompanhamento.

ABSTRACT

This study is part of the research line on Institutional Dynamics and Public Policies, of the Professional Master's Program in Public Policy Management at UNIVALI. The general objective is to present the reasons for school dropout and absenteeism among high school students and proposals for support to address this issue in the state public school system of Santa Catarina. This is a qualitative, theoretical-practical research study, based on phenomenological hermeneutics, with a documentary design. Data were collected from official reports and documents available at the State Secretariat of Education (SED) and the Court of Accounts of Santa Catarina, between the years 2017 and 2022. The results indicated that the causes of school dropout and absenteeism in high school, as expressed by the students, are more related to social vulnerability, the use of psychoactive substances and sexual abuse, and a lack of interest in school and studies because the school is not engaging; we highlight how fundamental it is for the SED to establish instruments and approaches for dialogue with young people to allow for a more detailed and comprehensive expression of the reasons for seeking to remain in school. To contribute, we developed the Tecacomp proposal, a social technology for monitoring the reasons that impact dropout/absenteeism in high school, especially for welcoming young people into the school.

Keywords: High School. Abandonment. Evasion. Follow-up.

RESUMEN

Este estudio se inserta en la línea de investigación Dinámicas Institucionales y Políticas Públicas, del Máster Profesional en Gestión de Políticas Públicas de la UNIVALI. El objetivo general busca presentar los motivos del abandono y la deserción escolar entre los jóvenes de la educación secundaria y las propuestas de acompañamiento para su enfrentamiento en la red pública estatal de Santa Catarina. Se trata de una investigación de enfoque cualitativo, teórico-práctica, basada en la hermenéutica fenomenológica, con un diseño documental. Los datos fueron recolectados en los informes y documentos oficiales disponibles en la Secretaría de Estado de Educación (SED) y en el Tribunal de Cuentas de Santa Catarina, entre los años 2017 y 2022. Los resultados indicaron que las causas del abandono y la deserción escolar en la educación secundaria, expresadas por los estudiantes, están más relacionadas con la vulnerabilidad social, el uso de sustancias psicoactivas y el abuso sexual, así como con el desinterés por la escuela y los estudios, debido a que la escuela no resulta interesante. Se evidencia lo fundamental que es que la SED establezca instrumentos y posturas de diálogo con los jóvenes para una expresión más detallada y amplia de los motivos, con el fin de promover su permanencia en la escuela. Para contribuir, desarrollamos la propuesta Tecacomp, una tecnología social de seguimiento de los motivos que influyen en el abandono/deserción en la educación secundaria, especialmente orientada al acogimiento de los jóvenes en la escuela.

Palabras clave: Educación Secundaria. Abandono. Deserción. Acompañamiento.



1 INTRODUÇÃO

As problemáticas do abandono e da evasão escolar revelam diversas fragilidades na educação básica que impactam nos desejos e nas condições dos jovens para cursar o ensino médio. Identificar os motivos que impulsionam esses fenômenos e refletir sobre estratégias efetivas para o enfrentamento são fundamentais no contexto da permanência, pois envolvem diretamente os propósitos institucionais e práticas pedagógicas.

Buscamos nos registros documentais da Secretaria de Estado da Educação (SED), do Tribunal de Contas do Estado (TCE) de Santa Catarina e na plataforma Busca Ativa Escolar (2025) o reconhecimento dos motivos que levam os discentes a não frequentarem a escola. O INEP, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação (MEC), estabelece a diferença entre o abandono e a evasão escolar (INEP, 1998). Assim, o abandono ocorre quando o aluno deixa de frequentar as aulas durante o ano letivo, mas retorna no ano seguinte; na evasão escolar, o aluno sai da escola ou reprova em determinado ano letivo e no ano seguinte não efetua a matrícula para dar continuidade aos estudos.

Perante os fenômenos evidenciados criamos a proposta de uma Tecnologia Social de Acompanhamento (Tecacomp), uma ferramenta digital criada no projeto de pesquisa e de dissertação do Mestrado Profissional em Gestão de Políticas Públicas da UNIVALI, que busca contribuir com os registros e acompanhamento dos motivos que impactam a evasão e abandono escolar, em especial para o acolhimento dos jovens na escola (Silva, 2023). Buscamos qualitativamente e com intencionalidade investigativa e educativa o desenvolvimento desse estudo, na linha de pesquisa Dinâmicas Institucionais e Políticas Públicas.

No contexto do ensino médio, assumimos responsabilidades coletivas para avançar na resolução das problemáticas da evasão e do abandono escolar que afetam a vida escolar. Entendemos que essa postura foi fundamental para propor ações mais conectadas com as subjetividades e necessidades dos discentes do ensino médio.

Diante das realidades que integram as condições de abandono e evasão escolar, as responsabilidades do poder público são amplas, mediante políticas públicas educacionais e as normativas legais para o ensino médio. Lançamos um olhar investigativo para o reconhecimento das necessidades dos jovens e ações apropriadas para amparar o desenvolvimento educacional. Nesse contexto complexo e multifacetado, os números somente quantificam os jovens, porém não qualificam as condições para o diagnóstico e a compreensão dos motivos do abandono e evasão.

De acordo com os dados das taxas de abandono de Santa Catarina - Censo de Educação Básica da SED/SC, com base no Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) e Censo Escolar Santa Catarina, divulgado em 2023, entre 2020-2021 a taxa de evasão foi de 6,8%, sendo maior que a taxa nacional de 5,9% (Santa Catarina, 2024). As taxas são preocupantes,



pois representam um número significativo de jovens fora da escola e necessitam de reconhecimento das causas.

Em 2021, conforme dados do Censo Escolar divulgados pelo Inep, a taxa de abandono total no Ensino Médio em Santa Catarina dobrou em relação ao ano de 2020, ficando em 8,7%, o que acompanhou o movimento nacional de abandono escolar, evidenciando o reflexo da pandemia da Covid-19 no ensino (Sulinfoco, 2022). Conforme os estudos de Jesus e Voos (2021), o índice de abandono entre 2007 e 2018, na rede pública estadual de Santa Catarina, já se mostrava preocupante pelos altos marcadores na Educação Básica.

O TCE/SC, por meio da Diretoria de Atividades Especiais (DAE), registrou no relatório de auditoria (RLA 21/00399815) os reflexos da pandemia de covid-19 na educação de nível médio, no estado de Santa Catarina. Indicou baixo índice de retorno de alunos de 15 a 17 anos às atividades escolares e a insuficiência de oferta de vagas de cursos profissionalizantes na rede estadual. No edital de 2022, foram ofertadas 2.403 vagas, enquanto o número de inscritos foi de 6.888 – oferta cobriu 35% e demanda reprimida chegou a 4.485 alunos (TCE/SC, 2022).

Diante dos dados impactantes, buscamos apresentar os motivos do abandono e da evasão escolar expressos pelos discentes das escolas do ensino médio de Santa Catarina. A partir dos resultados, realizamos o exercício de percepção e reflexão qualitativa no âmbito educacional, pois a quantificação tem sido um modelo linear na busca de resultados, com médias e índices que mensuram a qualidade da educação. Para Süsskind (2019, p. 95) “[...] sabemos que a ideia de que conhecer significa quantificar tem dominado metodologias e orientado políticas em que os números e os índices anulam a vida e o sangue que corre nas escolas”. Entendemos que é fundamental incluir e reconhecer as expressões das pessoas/discentes que frequentam as escolas para os registros e avaliações internas e externas, a fim de gerar impactos na permanência.

Dar voz aos jovens, às subjetividades e às vivências dos processos e cotidianos da escola torna-se fundamental para que não mantenhamos as restrições nas quantificações dos resultados avaliativos. A educação precisa acolher a complexidade do pensar e do agir das juventudes nos contextos de vida escolar, promovendo a integração da formação humana e cidadã. O reconhecimento dos motivos que levam ao abandono e à evasão escolar, expressos pelos próprios estudantes, é fundamental para as mudanças necessárias e para o fortalecimento de relações dialógicas que incentivem o desejo de estar na escola e de aprender, em condições que favoreçam o encontro entre o sentido do conhecimento e o sentido da vida.

Para Morin (2021, p. 1), “Aprender não significa apenas saber gramática, matemática, um pouco de geografia e história. As escolas devem cuidar de nossa dupla aspiração: realizar-nos como indivíduos, em nossas atitudes, habilidades e construir vínculos dentro de uma comunidade”. A escola é uma instituição com a responsabilidade legal de oferecer e promover a educação escolar adequada



aos estudantes, além de acompanhar e zelar pela inclusão e pelo bem-estar nos processos de ensino aprendizagem.

O presente estudo é de abordagem qualitativa, teórico-prática, com base na hermenêutica fenomenológica, com delineamento documental. Os processos investigativos desenvolveram-se entre a intencionalidade, a percepção e a compreensão do pesquisador sobre seu objeto de estudo (Dittrich; Leopardi, 2015). Os dados foram coletados nos relatórios e documentos oficiais, disponíveis na Secretaria de Estado da Educação (SED), Tribunal de Contas de Santa Catarina entre os anos de 2017 e 2024 e na plataforma Busca Ativa Escolar (2025). O procedimento para coleta dos dados ocorreu por meio de três etapas: (1) a intencionalidade de seleção dos documentos institucionais impressos e digitais; (2) a percepção e organização das unidades temáticas de acordo com os dados presentes nos documentos adequados aos objetivos; (3) identificação das categorias para compreensão dos fenômenos que deram sustentação à proposta da tecnologia social.

Partindo do contexto evidenciado definimos a questão problema do estudo: Quais são os motivos do abandono e da evasão escolar entre os jovens do ensino médio e as propostas de acompanhamento para o enfrentamento na rede pública estadual de Santa Catarina? O objetivo geral foi apresentar os motivos do abandono e da evasão escolar entre os jovens do ensino médio e as propostas de acompanhamento para o enfrentamento na rede pública estadual de Santa Catarina.

2 MOTIVOS DO ABANDONO/EVASÃO ESCOLAR NO ENSINO MÉDIO ESTADUAL DE SANTA CATARINA

O Ensino Médio constitui, segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96, a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos em etapas educacionais anteriores, preparação para continuidade do aprendizado para o trabalho e exercício da cidadania, incluindo a formação de valores éticos, autonomia intelectual e pensamento crítico, entre outras finalidades (Brasil, 1996). A Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), em seu Art. 4º, preconiza o dever do Estado com a educação para garantia de direitos aos estudantes, com Educação Básica obrigatória e gratuita até 17 anos de idade. Entendemos que a atenção à obrigatoriedade pelo fator idade não é suficiente, pois os jovens necessitam de saberes e práticas adequadas e ambientes que garantam as condições mínimas de permanência na escola.

Diversos motivos contribuem para que os discentes, tanto jovens quanto crianças, não frequentem a escola de acordo com os dados registrados na plataforma Busca Ativa Escolar (2025). Essa é uma ferramenta tecnológica apoiada pela União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), de Santa Catarina, Academia Nacional dos Gestores Municipais de Assistência Social (Congemas) e Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde (Conasems). Os motivos que mais impactaram foram: o uso, abuso ou dependência de substâncias psicoativas por crianças ou



adolescente; as crianças ou adolescentes que sofrem ou sofreram abuso/violência sexual; da evasão porque sente a escola desinteressante; crianças ou adolescentes migrantes estrangeiros; criança ou adolescente com deficiência sensorial; falta de infraestrutura escolar (Escola).

Tais motivos apresentam fragilidades sociais de proteção às crianças e jovens que enfrentam condições de vulnerabilidade, pois as substâncias psicoativas constituem um grave problema de saúde pública por envolver fases de desenvolvimento humano caracterizado por intensas transformações biológicas, psicológicas e sociais que necessitam de cuidado em virtude dos comportamentos de risco. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990 (Brasil, 1990), assegura o direito à proteção contra qualquer forma de negligência, exploração ou uso indevido de drogas; o Art. 81 proíbe expressamente a venda, fornecimento e consumo de bebidas alcoólicas e produtos que causem dependência por menores de 18 anos, sendo que o descumprimento implica responsabilização civil e criminal dos responsáveis. A ausência de vínculos afetivos, negligência, histórico familiar de dependência química, violência doméstica e falhas no cuidado podem favorecer o consumo de substâncias psicoativas.

Tais fatores se agravam no abuso/violência sexual, pois é uma das mais graves violações dos direitos humanos de crianças e adolescentes, pois trata-se de uma forma de agressão física, psicológica e moral que compromete profundamente o desenvolvimento biopsicossocial. No Brasil, o tema é tratado como questão de saúde pública e de responsabilidade compartilhada entre Estado, família e sociedade, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069/1990 (Brasil, 1990).

A proteção e prevenção eficaz demanda integração entre escola, família, comunidade e serviços públicos, com ênfase na promoção da saúde, no fortalecimento de vínculos e no desenvolvimento de projetos de vida que reduzam a vulnerabilidade e promovam autonomia e protagonismo juvenil. Para Moraes (2001, p. 138') o aprendiz no campo da educação é “Um sujeito do diálogo, mas um diálogo amoroso, horizontal, cheio de fé, confiança e parceria, a ser estabelecido entre seres que se educam mutuamente e crescem juntos”.

A percepção de que a escola é desinteressante por parte dos estudantes envolve questões institucionais e pedagógicas, pois é fundamental o reconhecimento da relação entre o que aprendem e a vida cotidiana, ou o futuro profissional. Dados do Censo Escolar divulgados pelo INEP (Brasil, 2025) indicam que o abandono no ensino médio ainda é mais alto do que nas demais etapas da educação básica, especialmente entre adolescentes de 15 a 17 anos, faixa etária em que as demandas de autonomia e trabalho passam a competir com a escolarização.

Para fortalecer o desejo de permanecer na escola os jovens necessitam de acolhimento em suas diferenças e dificuldades, seu sucesso escolar não pode ser medido somente pela quantificação de seus resultados para representar seu sucesso em um modelo de educação performática, para Ball (2010, p.



49) “Estudantes que ameaçam a reputação ou a performance da escola serão desvinculados (excluídos); e, de fato, temos visto um massivo crescimento no número de estudantes excluídos [...]”

O Plano Nacional de Educação (2014), na meta 3, propõe universalizar o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos, do ensino médio, entre as estratégias propõe promover a busca ativa desses jovens fora da escola, articulando os serviços de assistência social, saúde e proteção à adolescência e à juventude. Entendemos que as ações integradas entre os serviços são fundamentais perante os motivos correlacionados que levam ao abandono e evasão escolar.

Os dados coletados no APOIA *on-line*, entre 2014 e junho de 2019, forneceram uma amostra importante para a presente compreensão, pois permitiram identificar um dos principais motivos apontados pelos estudantes, e suas famílias, para o abandono/evasão e escolar no ensino médio, no estado de Santa Catarina. Com o percentual de 47,50% o principal motivo apresentado foi que a escola é pouco atrativa e útil para a vida, não tem representatividade para projetos pessoais de vida (Santa Catarina, 2020).

Para Süsskind (2019, p. 100), a vida é plural nas escolas e tecem redes de conhecimentos e subjetividades, os currículos integram experiências sociais e nesse sentido podem ser espaços-tempos de emancipação social, democracia e justiça cognitiva. Nesse âmbito, entendemos que a escola é um espaço-tempo de consciência coletiva, de respeito às diferenças e às necessidades para que todos sejam integrados e respeitados.

As avaliações do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) definem que o abandono/evasão escolar é um ponto fundamental na avaliação da qualidade da educação básica, na definição de índices do Desenvolvimento Educacional Brasileiro (IDEB), pois configura a não continuidade dos estudos e a reprovação. O Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb) é formado por um conjunto de avaliações externas em larga escala, realizadas periodicamente por meio da aplicação de instrumentos de testes cognitivos e questionários para etapas específicas da educação básica (INEP, 2023). Torna-se necessário considerar os motivos que levam ao abandono ou evasão escolar a fim de melhorar a qualidade na educação.

Dados do Censo Escolar de 2024 (Brasil, 2025) indicam que o abandono no ensino médio ainda é mais alto do que nas demais etapas da educação básica, especialmente entre adolescentes de 15 a 17 anos. Essa é uma faixa etária em que as demandas de autonomia e trabalho passam a competir com a escolarização e abandono e impactam no atraso escolar, mensurado pela taxa de distorção idade-série e o tempo que os alunos permanecem na educação básica

Cabe assinalar que, para a construção do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense, tomou-se por referência a análise dos dados levantados pelo Programa de Combate à Evasão Escolar, Aviso por Infrequência do Aluno - APOIA Online, firmando parceria, por meio do Termo de Cooperação Técnica no 24/2013, entre o Ministério Público do Estado de Santa Catarina, a



Secretaria de Estado da Educação (SED), as secretarias municipais da Educação, a União dos Dirigentes Municipais de Educação, a Federação Catarinense dos Municípios e a Associação Catarinense dos Conselhos Tutelares. Foram considerados os motivos de abandono/evasão dos estudantes do ensino médio entre os anos de 2014 e 2019 e o diagnóstico realizado em 120 escolas-piloto do Novo Ensino Médio da rede estadual no segundo semestre de 2019. Tal diagnóstico permitiu o levantamento de elementos acerca dos interesses e necessidades dos estudantes e possibilidades de projeto para o atendimento das necessidades encontradas (Santa Catarina, 2018).

Entre os motivos para abandono/evasão escolar, identificados pelo Ministério Público do estado de Santa Catarina em 2020 (Santa Catarina, 2020), foram apontados com maior evidência as dificuldades de aprendizagem acumuladas ao longo da vida escolar; gravidez ou parto recente; entrada no mercado de trabalho; a troca de endereço. Com eleito, são motivos que envolvem processos didático-pedagógicos, de ensino-aprendizagem e desenvolvimento humano, bem como profissional e pessoal. Para Növoa (2019) a escola integra um contrato social e político com responsabilidades pela formação. A atuação com jovens envolve reconhecer suas dificuldades a fim de superá-las e contribuir com a formação.

Entre todos os dados, não foi possível reconhecer os motivos mais específicos que levaram os jovens a considerar a escola pouco atrativa e útil para suas vidas. Identificamos a carência de diálogos com os estudantes, para a expressão mais ampla e específica dos reais motivos do abandono e evasão. Reconhecer que a escola não constitui, para muitos jovens, um espaço atrativo e capaz de fornecer elementos a seus projetos de vida e identificar a considerável parcela dos que a abandonam para se inserir no mercado de trabalho são aspectos que merecem especial atenção. Ainda que o trabalho seja uma categoria central na constituição dessas trajetórias, não é a única demanda a ser respondida pela educação escolar. Atribuir sentido às experiências escolares passa por uma articulação entre os interesses dos jovens e a estrutura do cotidiano da escola, por reconhecê-los como sujeitos. Para Santa Catarina (2020) necessário considerar que o cotidiano escolar e as relações que se estabelecem dialogicamente constituem os jovens.

Os interesses envolvem sentimentos e atitudes mútuos, impactados nas relações que estabelecemos com o outro e no lugar que habitamos. A escola necessita de planejamentos adequados às demandas e currículos escolares que atendam a complexidade do pensamento, com conhecimentos e relações que possibilitam avançar nos modos de ser e viver. Para Süsskind (2019, p. 97),

No debate sobre o papel desempenhado pela Ciência nos currículos das escolas e pelas pesquisas científicas sobre a educação e sobre as escolas podemos reforçar, ou não, os movimentos de colonização, e reforçar, ou não, as ideias de currículo como lista de conteúdos e procedimentos esvaziados de histórias e subjetividades. Basta pensarmos na escola no singular, como modelo fixo, nas listas e hierarquias entre os conteúdos da BNCC, e no pacote de direitos e deveres do “novo” ensino médio que subalternizam estudantes tratando-os como objetos e não sujeitos do direito de aprender.

O desinteresse pode ocorrer quando as relações e processos de organização do conhecimento não são mútuos, quando não correspondem aos desejos e valores subjetivos e intersubjetivos. Na escola a organização, as estruturas, as propostas pedagógicas necessitam de coerência com a própria missão institucional, de garantia do direito social à educação de qualidade e ao campo científico, no propósito do ensinar-aprender-conviver.

Para Morin (2010, p. 47) entre os interesses que promovem a ciência, a construção do conhecimento, destaca o interesse reflexivo:

"Quem somos nós, o que fazemos?" que impulsiona o que ele chama de ciência crítica. Para ele, esse é o bom interesse porque a ciência crítica, motivada pela reflexividade, tem por interesse a emancipação dos homens, enquanto os outros interesses conduzem à dominação e à sujeição. [...] Acho que interesses diferentes se misturam na mente dos pesquisadores de modo completamente diverso e que, justamente, essa mistura é o problema.

O problema das misturas de interesse ocorre, de acordo com Morin (2010), quando há predomínios dos interesses técnicos, os quais são de domínio da natureza que marca profundamente as ciências empírico-formais e do interesse prático que excedem no controle, em especial das pessoas e da sociedade.

A escola é uma instituição que busca o desenvolvimento do saber científico, como principal proposição, porém sua organização e estrutura curricular precisa ter uma visão ampliada de ser humano, a fim de promover aprendizagens e desenvolvimento humano de modo integral e com protagonismos. Promover o interesse pela escola e pelo que ela oferece envolve diálogo, reflexão, e inclusão das diferenças e necessidades.

Para Moraes (2020) nos processos escolares, muitas vezes, o professor, está mais preocupado em cumprir um planejamento sem possibilitar as condições de aprendizagem, sem compreender as condições dos alunos, as questões emocionais, as histórias de vida, o que está enfrentando na escola. Portanto, é preciso estar atento, pois favorece o reconhecimento dos sujeitos das realidades e as questões de aprendizagem. Tudo é conectado dentro de um processo que a aprendizagem passa pela nossa corporeidade.

Entendemos que as condições gerais dos estudantes precisam ser consideradas, pois são diferentes motivos que impactam no interesse e desinteresse dos estudantes para estudar e frequentar a escola. Este é um processo integrado e que abre para a revisão do conhecimento e visão de humano fragmentado. Para Morin (2011) as maneiras de pensar com inteligência parcelada, compartimentada, mecanicista, disjuntiva e reducionista não favorece o complexo do mundo e fraciona os problemas, se torna cega para uma visão em longo prazo.



É possível reconhecer que o ensino médio representa uma etapa que necessita empregar sentido de viver e estudar aos jovens, a garantia do direito à educação envolve propostas e currículos que não distanciem as escolas dos desejos e necessidades vitais dos estudantes.

3 ESTRATÉGIAS DA SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO/SC PARA O ENFRENTAMENTO DO ABANDONO/EVASÃO ESCOLAR

Perante a problemática do abandono/evasão escolar foi fundamental o reconhecimento de ações efetivas da SED, que buscaram impactar nas causas e na efetividade de políticas públicas que dão amparo à permanência do aluno na escola. Entre elas destacamos os programas:

- O Programa de Combate à Evasão Escolar (APOIA), de acordo com Santa Catarina (2025), objetiva garantir a permanência na escola de crianças e de adolescentes de 4 a 17 anos de idade, para que concluam todas as etapas da Educação Básica, promovendo o regresso à escola daqueles que abandonaram os estudos sem concluirlos integralmente. Busca combater a evasão escolar desde 2001, por meio de registros e ações conjuntas entre as Promotorias de Justiça da Infância e Juventude, os Conselhos Tutelares e as escolas que ofertam a Educação Básica no estado, assim como a Secretaria Municipal e a Gerência Regional de Educação, a rede de saúde e de assistência social local, os representantes das escolas particulares, os Conselhos Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente, da Assistência Social, da Educação e da Saúde, entre outros.

Dessa forma, o programa foi construído a partir de um sistema intersetorial de apoio ao aluno infrequente e à sua família, capaz de gerar, em cada instância do processo, procedimentos mínimos, em prazos curtos, aptos a garantir o retorno do aluno à escola, possibilitando-lhe o aproveitamento do ano letivo. Visando aprimorar a proposta, em 2013 foi firmada uma parceria entre o Ministério Público, a Secretaria de Estado de Educação (SED) e o Centro de Informática e Automação do Estado de Santa Catarina (CIASC), com o objetivo de conceber e de desenvolver o Sistema Apoia *Online* que promoveu a completa informatização para torná-lo mais célere e eficaz.

O Ministério Público de Santa Catarina elaborou um manual que objetiva orientar detalhadamente acerca do funcionamento do Sistema APOIA Online para todos os parceiros do Programa: Unidades Escolares, Conselhos Tutelares e Promotorias de Justiça. Entre 2002 e 2013, o Programa APOIA possibilitou o retorno de 71.815 alunos à escola, a partir da soma das ações promovidas pelas Escolas, Conselhos Tutelares e Ministério Público. Isso significa uma média de quase 6 mil retornos de alunos por ano, em todo o Estado. Em 2014, com o início do funcionamento do Sistema APOIA Online, obteve-se um resultado histórico: 25.074 alunos retornaram à escola, a partir de um total de 62.793 APOIA emitidos. Desde então, observou-se que a média anual de retornos à escola foi ampliada a partir da informatização do Programa (Santa Catarina, 2023).



Recentemente, segundo dados do Programa APOIA, cerca de 22 mil alunos da rede pública estadual e municipal afastaram-se das salas de aulas em 2020/2021, sendo que nove mil retornaram após busca ativa pelas escolas, totalizando cerca de 13 mil alunos fora da escola. “É fundamental que todas as redes implementem a busca ativa”, frisou o Promotor de Justiça, Dr. João Botega, representante do MPSC, (Santos, 2021).

- Programa Busca Ativa: compreende um conjunto de ações determinadas pela SED, visando manter os estudantes matriculados frequentando a escola, e suas ações foram incorporadas ao Sistema APOIA. No Regime Especial de Atividades não Presenciais, em virtude da pandemia Covid-19, teve uma função muito importante com propósito de motivar, incentivar e comprometer o estudante para a realização das atividades, deixando claro que nesse período de isolamento social, o vínculo dele com a escola permanece. Para apoiar as unidades escolares nesse propósito, a Diretoria de Ensino da Rede Estadual elaborou o “Formulário/diagnóstico de busca ativa, on-line para ser utilizado no regime especial de atividades não presenciais”. Nas situações em que o aluno não participava e não apresentava as atividades propostas (virtual ou impressa), era realizada a busca ativa desse aluno, com o propósito de motivá-lo, incentivá-lo e comprometê-lo para a realização das atividades, deixando claro que no de isolamento social, o vínculo com a escola permanecia.

Conforme dados da Secretaria de Estado da Educação/SC, constantes no painel “Diagnóstico de Busca Ativa no Regime Especial de Atividades Escolares não Presenciais”, 12.163 foi o total de estudantes em busca ativa em 2021, sendo que 9.824 não retornaram às atividades escolares (Santa Catarina, 2023).

- Programa Bolsa Estudante: a Lei Estadual n. 18.338, de 13/01/2022, instituiu a Bolsa-Estudante para os alunos regularmente matriculados no ensino médio das escolas da rede pública estadual de ensino (Santa Catarina, 2022). É uma iniciativa do Governo de Santa Catarina criada para combater a evasão escolar de estudantes do Ensino Médio regular e Ensino Médio da Educação de Jovens e Adultos (EJA) da rede estadual. Garantido até o final de 2024, o programa vai oferecer um auxílio financeiro de até R\$ 6.250, que é pago aos estudantes matriculados.

- Programa Pé-de-Meia, com base nos dados e necessidades, o Ministério da Educação (MEC) investiu R\$ 150 milhões em Santa Catarina, no primeiro ano no Pé-de-Meia, um Programa educacional que incentiva, por meio de remuneração financeira e poupança, o estudante que se matricula no ensino médio, frequenta as aulas, passa de ano, faz o Enem e completa a etapa de ensino (MEC, 2024).

Essas são condições que exigem cuidado, sendo que não basta o apoio financeiro aos estudantes, pois é necessário garantir atenção ao ser humano que está ali enfrentando diversas dificuldades psicológicas e sociais. Para Morin (2011, p. 11), é necessária uma “[...] educação que se dirige à totalidade aberta do ser humano e não apenas a um de seus componentes”.



- Novo Ensino Médio: Foi implementado para todos os alunos do primeiro ano a partir do início de 2022. Com a edição da Lei nº 13.415/2017, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 2017), têm-se mudanças significativas na organização do Ensino Médio, com o objetivo de tornar a etapa mais atrativa e evitar o abandono e a evasão escolar. Dentre essas mudanças, destaca-se a nova organização curricular e a ampliação da carga horária mínima das atuais 800 horas para 1.000 horas anuais, até 2022, devendo esta ser ampliada, de forma progressiva, para uma carga horária anual de 1.400 horas. A problemática da ampliação das horas do ensino médio tem impactado na permanência escolar, pois muitos jovens necessitam trabalhar.

Outro ponto que necessitamos problematizar é a organização do currículo de modo atrativo e coerente às necessidades dos jovens, pois a divisão do currículo entre uma parte de formação geral básica (máximo de 1.800 mil horas nos três anos) e uma parte flexível (mínimo de 1.200 mil horas nos três anos), integram as habilidades que o ser humano necessita para um processo emancipatório. As proposições da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) definem os direitos e objetivos de aprendizagem no Ensino Médio (Brasil, 2018), porém é no planejamento pedagógico que as ações educativas se concretizam e necessitam de coerência. A implementação curricular figura possibilidades de flexibilização curricular e contribuição no percurso formativo dos estudantes, de acordo com seus interesses e projeto de vida.

A construção do Currículo Base do Ensino Médio do Território Catarinense (SANTA CATARINA, 2020) tomou como referência os dados levantados pelo Programa de Combate à Evasão Escolar – Apoia, sobre os motivos de evasão dos estudantes do Ensino Médio entre os anos de 2014 e junho de 2019, considerando os interesses e as necessidades dos estudantes.

No âmbito nacional, nos anos de 2020 e 2021, em virtude da pandemia, as escolas necessitaram seguir as recomendações do Conselho Nacional de Educação (CNE) e de organismos internacionais (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - Unesco e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – Unicef) para adequação do planejamento curricular com adoção de um continuum curricular, sugerido na Resolução CNE/CP nº 2/2020, com replanejamento do currículo e do calendário escolar de forma a assegurar os objetivos e a inclusão, evitando a reprovação e o abandono escolar (Brasil, 2025).

Diante do exposto, verifica-se que os programas propostos estão consolidados no tocante ao enfrentamento do abandono e evasão escolar em Santa Catarina, sendo que as demais ações são recentes e requerem mais tempo para avaliação.

O abandono e a evasão escolar representam graves violações do direito fundamental à educação e constituem um desafio persistente para o desenvolvimento social e econômico do Brasil. Enfrentar esse problema é essencial para garantir a inclusão, a equidade e a formação integral de crianças e jovens, rompendo ciclos de pobreza, desigualdade e exclusão.

4 CONTRIBUIÇÕES DA TECACOMP PARA O ACOLHIMENTO DOS JOVENS NO ENSINO MÉDIO

A preocupação está no esforço de transformar a escola e o processo educativo mais interessante, que promova o desejo de estudar e de estar na escola, como espaço de trocas e descobertas, desconstruindo os modelos disciplinadores solidificados e que negam a diversidade cultural. Para Sacristán (2013) na organização e desenvolvimento curricular é importante a qualidade e competência que desenvolve no aprendiz, não é adequado substituir conteúdos por processos vazios culturalmente.

Diante disso, entendemos necessária a criação da ferramenta de acompanhamento com abordagem ampla de fatores que exercem influência no abandono/evasão escolar, com o objetivo de levantar informações relevantes, realizar um diagnóstico apropriado, elaborar recomendações e propor ações preventivas a fim de, efetivamente, possibilitar a redução dos referidos fenômenos. Frise-se que não se pode controlar aquilo que não se conhece.

Perante as condições que envolvem o abandono/evasão escolar desenvolvemos a proposta da Tecnologia Social de Acompanhamento -Tecacomp, a qual foi proposta à SED. Focamos no Ensino Médio da rede pública estadual de Santa Catarina, em busca de um lócus de proposição e de implementação, uma vez que, na demanda social, é necessário lançarmos o olhar para a especificidade almejada.

Ao estruturar uma tecnologia social, levamos em consideração o campo de abrangência e os seres humanos envolvidos, pois buscamos organizar uma proposta de ação/trabalho que se torna uma organização técnica específica para a demanda e envolvem objetivos, estratégias, modos de fazer e de ser.

Para Cupani (2020), uma modalidade da tecnologia é o seu caráter de específica atitude e mentalidade que exprime um certo desejo humano.

A tecnológica é uma atitude humana diferente de outras como a religiosa, a filosófica, a científica [...]. Trata-se de uma disposição que “foca” a realidade, natural ou social, em termos do que pode ser feito com ela: recursos que levarão a um produto desejado. Visa o controle ou domínio do existente, bem como à sua superação. Inovar e inventar são as suas marcas, alcançando o antes apenas sonhado (como ao permitir-nos voar), ou o nem imaginado (como o cinema, ou a “realidade virtual”) (Cupani, 2020, p. 84).

A criação da Tecacomp integrou a organização de fatores que exercem influência no abandono/evasão escolar, com o objetivo de levantar informações relevantes, realizar um diagnóstico apropriado, integrar os atores envolvidos na problemática, elaborar recomendações e propor ações preventivas a fim de, efetivamente, possibilitar a redução dos referidos fenômenos. Além disso, frisamos que não se pode monitorar aquilo que não se conhece.

A Tecacomp é um instrumento de caráter técnico-social de acompanhamento, com perspectiva científica de pesquisa, e de levantamento de informações educacionais. Foi destinado à SED, a fim de



register a realidade educacional e estabelecer ações interconectadas de acompanhamento. Entre as estratégias para o desenvolvimento da Tecacomp, foi cadastrado no aplicativo *Google Forms* as dimensões que impactam o abandono/evasão escolar no Ensino Médio e questões possibilitam a SED expor a realidade e reconhecer ações necessárias para minimizar o abandono e evasão. A intencionalidade foi de promover a atenção e o acompanhamento educacional, em busca da permanência do aluno na escola (Silva, 2023).

Foram organizadas cinco dimensões educacionais que apresentam especificidades e interconexões que consideramos essenciais, com quesitos que são indagadores e provocadores de reflexão. As dimensões que consideramos fundamentais para questionar a SED em prol da redução do abandono/evasão no ensino médio foram assim definidas: organização e infraestrutura escolar (15 quesitos); atenção ao Plano Estadual de Educação, SC – Lei Nº 16.794/2015 –, Meta 3 (cinco quesitos); valorização/capacitação dos profissionais do magistério (11 quesitos); práticas/propostas pedagógicas e adequação curricular/processo de ensino e de aprendizagem (9 quesitos); ações para acolhimento de alunos com dificuldade de aprendizagem, vulnerabilidade social e econômica, e em situação de abandono/evasão escolar (11 quesitos). Os quesitos representam indagações quantitativas e qualitativas que são respondidas, registradas e organizadas pela SED. Os registros favorecem o acesso às informações relevantes que propiciam a redução da evasão/abandono escolar.

Para finalidades desse estudo, considerando os motivos do abandono/evasão expressos pelos jovens, indicamos fundamental a dimensão: “Ações para acolhimento de alunos com dificuldade de aprendizagem, vulnerabilidade social e econômica, e em situação de abandono/evasão escolar”. Entendemos que o acolhimento é fundamental para promover a permanência na escola e consideramos o Plano Nacional e Estadual de Educação e as Diretrizes Curriculares. Entre os quesitos/questões dessa dimensão indicamos com base na Tecacomp (Silva, 2023):

- Quais medidas estão sendo adotadas, visando assegurar que, no último ano de vigência do PEE/SC, todos os estudantes do Ensino Médio tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e aos objetivos de aprendizagem e de desenvolvimento de seu ano de estudo.
- A Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina dispõe de política estruturada para desenvolver as competências de leitura e de escrita de seus alunos do Ensino Médio com dificuldade de aprendizado?
- O Estado implementou políticas de inclusão e de permanência na escola para adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua, assegurando os princípios do Estatuto da Criança e do Adolescente?
- Há políticas de prevenção à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação dos trabalhadores da educação e demais membros da comunidade



escolar, para detecção dos sinais e de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade?

- Há ações visando promover a articulação dos programas da área da Educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como Saúde, Trabalho e Emprego, Assistência Social, Esporte e Cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias?
- Houve o atendimento aos estudantes da rede escolar pública de Educação Básica por meio de ações de prevenção, de promoção e de atenção à saúde?
- Houve ações para promoção da formação de leitores e a capacitação de professores, bibliotecários e agentes da comunidade para atuar como mediadores da leitura, de acordo com as especificidades das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem?
- Houve a adoção de programas e desenvolvimento de metodologias para acompanhamento pedagógico, recuperação paralela e progressão, priorizando estudantes com rendimento escolar defasado?
- Nos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) das escolas da Educação Básica, há ações/programas e estratégias de enfrentamento diante da vulnerabilidade social dos estudantes, propiciando, em consequência, a redução do abandono e da evasão escolar?
- Quais estratégias que podem ser trabalhadas no momento, no sentido de implantar de currículos e metodologias educacionais adequadas, bem como estratégias focadas no desenvolvimento de competências socioemocionais e ambientes que favoreçam o acesso e a permanência de jovens em condições de vulnerabilidade social na escola?
- Estão sendo implementadas ações e/ou estratégias pela Secretaria de Estado da Educação de Santa Catarina, no sentido de acolher, de interagir e de dialogar com os estudantes, a fim de compreender suas angústias, dificuldades, necessidades e razões para o abandono e a evasão escolar, potencializados nos casos de calamidade pública?

Dentro de uma realidade que demanda diálogo e integração, entendemos que os processos desempenhados em torno dos fatos evasão e abandono escolar exigem uma mudança no pensamento redutor e fragmentado. É necessário “[...] entender o pensamento que separa e que reduz, no lugar do pensamento que distingue e une. Não se trata de abandonar o conhecimento das partes pelo conhecimento das totalidades, nem da análise pela síntese; é preciso conjugá-las (Morin, 2011, p. 42).

Nos desafios da complexidade, de compreender que o todo está nas partes e as partes estão no todo, identificamos os avanços necessários na atenção à educação e, mais especificamente, às questões que envolvem o abandono e a evasão escolar. Um aluno não é somente um ser racional que está na escola e que reproduz conhecimentos, ele é um ser social que está imerso em uma cultura que o constituiu no lastro familiar e com todas as interferências de suas dimensões pessoais, que também



sofrem influência do meio, como a psicológica, a biológica, a espiritual, a ecológica. Nesse contexto, é preciso estabelecer as ligações entre as entidades que têm responsabilidades pela efetividade e pela garantia de direitos. Nesse âmbito, destacamos a SED, as escolas, o Tribunal de Contas e as famílias.

Almejamos que os jovens envolvidos, em suas diferentes instituições, tenham oportunidade de ampliar sua visão educativa e expressar suas percepções e condições pessoais e coletivas. Afinal, somente conseguiremos enfrentar as problemáticas da evasão e de abando escolar se dermos voz e ouvirmos os envolvidos, a fim de identificarmos o que impacta negativamente, quais são as realidades e as condições que interferem no desejo de manter-se na escola. É na ação coletiva que a Tecacomp lança diversos olhares para elementos que são fundamentais no acompanhamento dos estudantes e com o seu cuidado, nos processos educacionais, no combate à evasão.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dada a relevância social da evolução do abandono e da evasão no ensino médio, buscamos interlocuções com a SED, TCE/SC e PRP para apresentar e refletir sobre iniciativas mais abrangentes que contribuam com a permanência dos jovens na escola. A atenção ao abandono é fundamental, pois é uma atitude anterior à evasão, sendo o primeiro sinal de um problema que, se não for tratado, resultará na exclusão permanente do aluno do ambiente escolar.

Nesse sentido, buscamos informações acerca das causas do abandono e da evasão escolar no Ensino Médio estadual de Santa Catarina e verificamos as ações da SED direcionadas ao combate dos fenômenos. A realidade encontrada fortaleceu a necessidade de aplicação da Tecnologia Social de Acompanhamento (Tecacomp) pela SED a fim de ampliar o olhar para as dimensões educacionais que impactam no abandono e a evasão escolar. Entre elas o diálogo com os estudantes a fim de conquistar uma escola mais interessante para estudar e atender às necessidades dos estudantes.

Destacamos a dimensão de acolhimento dos jovens para permanência na escola, elevando os processos de compreensão da realidade que envolvem a implementação de estratégias para conter os avanços da evasão e do abandono escolar, afim de favorecer o retorno ou a permanência dos estudantes na escola.

As causas de abandono e evasão escolar no ensino médio estão relacionadas, principalmente pelas condições de vulnerabilidades sociais dos estudantes, no envolvimento com substâncias psicoativas, de abuso sexual e desinteresse pela escola e estudos. Não é um fenômeno isolado, mas resultado de uma série de fatores interligados e cada estudante que deixa de frequentar a escola representa uma perda coletiva, pois a educação é instrumento de transformação social e de fortalecimento da cidadania.

É fundamental que a SED estabeleça um instrumento/postura de diálogo com os jovens para a expressão dos motivos de modo abrangente. A Tecacomp é uma tecnologia social de acompanhamento



que contribuiu para o reconhecimento dos motivos que impactam no abandono/evasão no ensino médio, em especial na revisão curricular e no acolhimento dos jovens na escola.

A educação escolar é dinâmica, está em constante transformação dos processos de organização, pois a cada ano estudantes ingressam e concluem sua etapa de formação. Neste movimento educativo que envolve estruturas físicas, currículos, ensino-aprendizagem, didáticas e percursos metodológicos enfrentamos, constantemente, as problemáticas da evasão e abando escolar. Desejamos uma escola transformadora, que desperte o desejo de ser-aprender-fazer-conviver na dinâmica do viver com liberdade criativa e crítica.



REFERÊNCIAS

BALL, Stephen J. Performatividades e fabricações na economia educacional: rumo a uma sociedade performativa. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 2, p. 37-55, maio/ago. 2010.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Censo Escolar da Educação Básica 2024: Resumo Técnico**. Brasília, 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília, 2018. Disponível em:
http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 21 out. 2025.

BRASIL. Lei Nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 35, p. 1-3, 17 fev. 2017.

BRASIL. Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, n. 120-A, edição extra, p. 1-7, 26 jun. 2014. Disponível em: http://pne.mec.gov.br/images/pdf/sase_mec.pdf. Acesso em: 20 jun. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 10 jun. 2025.

BRASIL. **Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos, [1990]. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8069.htm#art266. Acesso em: 2 ago. 2025.

BUSCA ATIVA ESCOLAR. **Busca Ativa Escolar – Santa Catarina**. Plataforma digital, 2025. Disponível em <https://buscaativaescolar.org.br/municipios> Acesso em: 20 out. 2025.

CUPANI, Alberto. Modalidades da tecnologia e suas consequências culturais. **Revista Dialectus**, Fortaleza, ano 9, n. 17, p. 82-95, maio/ago. 2020.

DITTRICH, Maria Glória; LEOPARDI, Maria Tereza. Hermenêutica fenomenológica: um método de compreensão das vivências com pessoas. **Discursos fotográficos**, Londrina, v. 11, n. 18, p. 97-117, 2015.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Informe estatístico do MEC revela melhoria do rendimento escolar**. Brasília: 1998. Disponível em: http://portal.inep.gov.br/artigo/-/asset_publisher/B4AQV9zFY7Bv/content/informe-estatistico-do-mec-revela-melhoria-do-rendimento-escolar/21206. Acesso em: 20 set 2025.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **SAEB 2023 - detalhamento da população e resultados nota técnica nº 18/2023/CGMEB/DAEB**. Brasília: 2023. Disponível em https://download.inep.gov.br/saeb/outras_documentos/nota_tecnica_detalhamento_populacao_resultados_saeb_2023.pdf Acesso em: 20 jun. 2025.



JESUS, Larissa Tank de; VOOS, Charles Henrique. Análise do abandono do estudante de ensino médio da rede pública estadual: trajetórias e repercuções em Joinville/SC. **Monumenta – Revista de Estudos Interdisciplinares**, Joinville, v. 2, n. 3, p. 181-201, jan./jun. 2021.

MORAES, Maria Cândida. A educação brasileira se esqueceu do aluno e da aprendizagem, alerta professora Maria Cândida Moraes. [Entrevista cedida a] Carlos Golembiewski. **Revista Brasileira de Tecnologias Sociais**, Itajaí, v. 7, n. 1, 2020.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. São Paulo: Papirus. 2001.

MORIN, E. São os erros que nos fazem crescer. [Entrevista cedida a] Anais Ginori. **Fronteiras do Pensamento**. Fronteiras, 2021. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/entrevistas/edgar-morin-sao-os-erros-que-nos-fazem-crescer>. Acesso em: 8 jun. 2025.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro**. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez; Brasília: UNESCO, 2011.

MORIN, Edgar. **Ciência com consciência**: planejamento e gestão de estratégias. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.

NÓVOA, A. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. Seção temática: resistências e (re)existências em espaços sociais de formação em tempos de neo-conservadorismo. **Revista Educação Real**. 44 (3), 2019.

SACRISTÁN, J. G. (Org.). **O que significa o currículo?** In. Saberes e incertezas sobre o currículo. Porto Alegre: Penso, 2013.

SANTA CATARINA. Ministério Público. Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação. **Manual do Sistema APOIA** [recurso eletrônico] / Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude e Educação. -- 1. ed. -- Florianópolis: MPSC, 2025. Disponível em https://drive.google.com/file/d/1-QB7d3Iq1_BdxHxnWiBrhVKNvfj2eI9I/view Acesso em: 08 ago. de 2025.

SANTA CATARINA. Secretaria de Estado da Educação do Estado de Santa Catarina. Diretoria de Planejamento. **Taxas de Abandono de Santa Catarina - Censo de Educação Básica – 2007 a 2023**. Florianópolis, 2024

SANTA CATARINA. **Informações e orientações sobre o Formulário/diagnóstico de Busca Ativa On-line, para o regime especial de atividades escolares não presenciais**. 2023. Disponível em: <https://www.sed.sc.gov.br/documentos/politica-prevencao-as-violencias-na-escola-335/busca-ativa/8727-informacoes-e-orientacoes-formulario-diagnostico-busca-ativa-1/file>. Acesso em: 11 abr. de 2024.

SANTA CATARINA. **Lei Nº 18.338, de 13 de janeiro de 2022**. Institui a Bolsa-Estudante para os alunos regularmente matriculados no ensino médio das escolas da rede pública estadual de ensino. Florianópolis: Leis Estaduais, 2022. Disponível em: <https://leisestaduais.com.br/sc/lei-ordinaria-n-18338-2022-santa-catarina-institui-a-bolsa-estudante-para-os-alunos-regularmente-matriculados-no-ensino-medio-das-escolas-da-rede-publica-estadual-de-ensino>. Acesso em: 28 abr. 2025.

SANTA CATARINA. Mais de uma década de ações para combater a evasão escolar. **MPSC**, Florianópolis, 2020. Disponível em: <https://www.mpsc.mp.br/programa-de-combate-a-evasao-escolar-apoia/historia-apoia>. Acesso em: 10 ago. 2025.



SANTA CATARINA. Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina. **Proposta N°: 33 - 2018/2019 DAE/COAF/DIV2.** Auditoria operacional na segurança pública de Santa Catarina a partir dos resultados dos estudos econométricos. Unidade Técnica: DAE/COAF/DIV2. Florianópolis: Diretoria de Atividades Especiais, 2018. p. 25. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/embed/view/zDgLx430BteT9UpP>. Acesso em: 25 maio 2025.

SANTOS, Vitor. Com dados desatualizados, SC combaterá evasão com busca ativa e bolsas. **Agência Alesc**, Florianópolis, 13 set. 2021. Disponível em: https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/com-dados-desatualizados-sc-combatera-evasao-com-busca-ativa-e-bolsas. Acesso em: 18 abr. 2025.

SILVA, Jadson Luís da. **Abandono e evasão escolar no Ensino Médio da rede pública de Santa Catarina: uma proposta de Tecnologia Social de Acompanhamento.** São Paulo: Editora Dialética, 2023.

SULINFOCO. Taxa de abandono escolar dobra e aprovação cai em SC em 2021, mostra Inep. **Sulinfoco**, [s. l.], 20 maio 2022. Disponível em: <https://www.sulinfoco.com.br/taxa-de-abandono-escolar-dobra-e-aprovacao-cai-em-sc-em-2021-mostra-inep/>. Acesso em: 20 jun. 2024.

SÜSSEKIND, Maria Luiza. A BNCC e o “novo” Ensino Médio: reformas arrogantes, indolentes e malévolas. **Retratos da Escola**, v. 13, n. 25, 2019. <http://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/980> Acesso em: 07 maio 2025.

TRIBUNAL DE CONTAS DE SANTA CATARINA. TCE/SC oficia gestores de educação para realização de busca ativa de crianças e adolescentes em evasão escolar e orienta outras providências. **TCE/SC**, Florianópolis, 2022. Disponível em: <https://www.tcesc.tc.br/tcesc-oficia-gestores-de-educacao-para-realizacao-de-busca-ativa-de-criancas-e-adolescentes-em>. Acesso em: 27 maio 2025.